

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE:** Termo de Cessão de Uso nº PMSC42766/2024. **PARTÍCIPIES:** Município de Campo Alegre e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** A Cedente disponibilizará à PMSC, a título gratuito, para utilização exclusivamente pela Polícia Militar de Santa Catarina, um terreno fazendo frente para a rua Padre Luiz Gilg, situado no Centro do Município de Campo Alegre, contendo área de 566,35m², edificado com uma construção de 158,80m², matriculado sob o nº 42.984 junto ao Cartório do Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 10 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 19 de dezembro de 2024. **SIGNATÁRIOS:** Alice Bayerl Grosskopf, pelo Município, e Ronaldo da Silva Cruz, pela PMSC.

Cod. Mat.: 1048840

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE:** Termo de Cessão de Uso nº PMSC70302/2024. **PARTÍCIPIES:** Município de Xaxim e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** A Cedente fornecerá 01 veículo marca Nissan/Frontier, ano 2024 e modelo 2025, chassi 8ANBD33F3SL963407, RENAVAL nº 01403788640, placa SXJ2E47. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 19 de dezembro de 2024. **SIGNATÁRIOS:** Edilson Antônio Folle, pelo Município, e Ronaldo da Silva Cruz, pela PMSC.

Cod. Mat.: 1048848

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE:** Termo de Convênio nº PMSC65490/2024. **PARTÍCIPIES:** Município de Indaial e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 19 de dezembro de 2024. **SIGNATÁRIOS:** André Luiz Moser, pelo Município, e Ronaldo da Silva Cruz, pela PMSC.

Cod. Mat.: 1048852

Extrato nº. 952 Termo de Compromisso Ambiental – 1ª CIA/ 2ºBPMA - Chapecó., vinculado ao Processo nº 21500202482529, celebrado entre a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e Mauri João Baldin, CPF:426.XXX.XXX-53, em 18/12/2024, tendo por objeto a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, na modalidade de Suspensão da Exigibilidade da multa, nas seguintes condições: Redução do valor da multa em 90% (noventa por cento) mediante a recuperação integral da área degradada com a implementação do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, na forma do artigo 87, da Lei Estadual nº 14.675/09, e artigo 119 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019. Vigência: 12 meses.

Cod. Mat.: 1048672

Processo SGP-E PMSC 61309/2024  
DECISÃO

Trata-se de processo administrativo sancionador instaurado para apurar possíveis irregularidades contratuais atribuídas à empresa LITORAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 26.051.611/0001-52, na execução do contrato nº 545/PMSC/2022, oriundo da Tomada de Preços nº 415/PMSC/2022. Conforme consta nos autos (pág. 36), a empresa foi acionada para cumprir garantia técnica devido à identificação de patologias na sala da Direção (prédio objeto do contrato). O acionamento ocorreu em 28 de agosto de 2024, por meio de contato direto com o responsável legal, Sr. Junior Elói Jose Eckstein, via aplicativo de mensagens WhatsApp. Embora o compromisso de executar a garantia tenha sido assumido, tal obrigação não foi cumprida de imediato, sendo realizada apenas após diversas notificações informais e uma formal.

Os trabalhos foram iniciados pela empresa em setembro de 2024, porém, até o dia 10 de outubro do mesmo ano, ainda não haviam sido concluídos, mesmo após cobranças realizadas pelo fiscal responsável (págs. 55/64).

Diante das irregularidades relatadas pelo Fiscal do Contrato, 3º Sargento e Engenheiro Civil Dionatan Alberton, foi determinada a instauração dos respectivos processos sancionadores, conforme Portarias publicadas no Diário Oficial do Estado (edição nº 22382, página 94).

Em 23 de outubro de 2024, a empresa foi regularmente intimada a apresentar defesa e indicar as provas que pretendia produzir. No dia 05 de novembro, a processada apresentou sua defesa, alegando, em resumo, que:

"A empresa esclareceu que a umidade nas paredes da sala do chefe de comando resulta da ausência de impermeabilização, já que o contrato original não previa esse serviço, mas apenas a substituição do reboco em uma área de 76,04m². Contudo, a pedido da fiscalização, foi utilizado aditivo impermeabilizante em algumas paredes mais críticas, enquanto em outras foi feita apenas a troca do reboco sem o aditivo. As áreas tratadas com o aditivo correspondem às mais danificadas à época da obra, localizadas próximas aos banheiros, como a região da copa e as salas admi-

nistrativas, que apresentam maior contato com o solo. Durante a execução, a empresa enfrentou problemas de mão de obra, destacando que um funcionário realizou um serviço de baixa qualidade, o que impactou negativamente o andamento do trabalho. Esse colaborador foi desligado devido à má execução. Além disso, as chuvas tornaram o ambiente muito úmido, obrigando a empresa a aguardar a secagem completa da massa corrida, o que contribuiu para o atraso. Houve também dificuldades de agendamento, pois os serviços exigiam a presença de um servidor da PM para acompanhamento, e compromissos de ambas as partes ocasionaram desmarcações. Apesar desses desafios, a empresa concluiu os serviços na semana de 21/10/2024, reiterando sua experiência em obras similares e a parceria de longa data com a instituição." Foi solicitada manifestação técnica ao fiscal do contrato acerca da defesa apresentada pela empresa. Em síntese, o fiscal rejeitou todos os argumentos defensivos (págs. 48/50). Em alegações finais (págs. 52/54), a processada manteve seus argumentos, atribuindo as patologias à umidade e afirmando que o serviço foi concluído em 24/10/2024, inclusive com aceite por parte da contratante. Não tendo havido produção de qualquer prova requerida, o processo encontra-se apto para decisão. É o relatório necessário.

#### 1. Do devido processo legal.

No processo administrativo sancionador previsto pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a defesa prévia é o direito assegurado ao interessado de apresentar suas razões antes da imposição de sanções administrativas. Trata-se de um aspecto fundamental do princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, consagrado no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal. A defesa prévia consiste na oportunidade dada ao acusado, dentro de um processo administrativo sancionador, de impugnar os fatos e fundamentos alegados pela Administração Pública, apresentar documentos, indicar provas, e produzir argumentos jurídicos e fáticos que possam afastar ou mitigar a penalidade proposta.

*Maria Sylvia Zanella Di Pietro aborda o tema ao destacar a importância do contraditório e da ampla defesa no âmbito dos processos administrativos: "O contraditório e a ampla defesa representam garantias constitucionais que asseguram ao administrado a possibilidade de participar do processo, seja para influir na formação da decisão, seja para impedir que sejam adotadas medidas contrárias aos seus interesses sem que lhe seja dada a oportunidade de se manifestar. Trata-se de corolários do princípio do devido processo legal, aplicáveis a qualquer espécie de processo administrativo que possa culminar na imposição de sanções." (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2021, p. 698.)*

No caso em tela, a ampla defesa foi devidamente assegurado a empresa, embora não tenha apresentados argumentos que afaste a responsabilidade desta pelo atraso em ambos os contratos. Na verdade, a própria processada reconhece sua Inadimplência perante PMSC.

#### 2. Do dever de fiscalizar.

A Administração tem o poder-dever de fiscalizar o contrato. Para tanto deve ser nomeado formalmente um fiscal para verificar a sua correta execução. Não cabe aqui juízo de oportunidade e conveniência do gestor em nomear ou não o fiscal. Esse é o entendimento pacífico no TCU.

A propósito, vale registrar que a prerrogativa conferida à Administração de fiscalizar a implementação da avença deve ser interpretada também como uma obrigação. Por isso, fala-se em um poder-dever, porquanto, em deferência ao princípio do interesse público, não pode a Administração esperar o término do contrato para verificar se o objeto fora de fato concluído conforme o programado, uma vez que, no momento do seu recebimento, muitos vícios podem já se encontrar encobertos. [TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário] Os contratos devem ser executados com o devido acompanhamento e fiscalização a cargo de um Representante da Administração especialmente designado para esse fim, conforme exigido pelo art. 67 da Lei n.º 8.666/93. [Acórdão 212/2009 – TCU – Segunda Câmara] Partindo dessa premissa, o servidor público nomeado para exercer a função de fiscal de contrato público tem a obrigação legal, sob pena de responsabilização, de notificar sempre que entender que a contratada está descumprindo com suas obrigações. E ainda mais, se verificada possível irregularidade, o fiscal deve encaminhar o fato a quem de direito para analisar e, se for o caso, instaurar o procedimento apuratório/sancionador.

Diante do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de uma inadimplência/descumprimento contratual, não é um ato discricionário, é um poder-dever.

Assim, tendo conhecimento de indícios da existência de uma inadimplência/descumprimento contratual, a Administração tem o dever de instaurar o procedimento adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis. Corroborando com o que foi dito, a lei n. 8.666, antiga lei de licita-

ções, que rege os contratos em voga, traz vários dispositivos que impõem ao administrador público o dever de aplicar as sanções decorrentes de comportamentos que violem a Lei ou o contrato, dos quais é possível citar alguns importantes cuja base legal está disposta nos art. 41, 76, 77, 81, 86, 87, dentre outros.

#### 3. Do mérito.

No caso em análise, restou devidamente comprovado que a empresa LITORAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI não cumpriu suas obrigações contratuais dentro do prazo estabelecido, incorrendo em atraso superior a 30 dias úteis para a execução da garantia contratual.

Este atraso resultou em prejuízo significativo ao serviço público, notadamente pelo fato de o Diretor da OPM (DALF) ter ficado desalojado durante o período, sendo forçado a ocupar salas improvisadas, situação que impactou negativamente o regular funcionamento das atividades administrativas.

A inadimplência da empresa afronta o disposto no artigo 54 da Lei nº 8.666/93, que assegura que os contratos administrativos são regidos por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e do direito privado. Ademais, a obrigação de executar a garantia com solidez e segurança também está prevista no artigo 73, § 2º, da mesma legislação, que estabelece a responsabilidade da contratada mesmo após o recebimento provisório ou definitivo do objeto.

Ainda, nos termos do artigo 618 do Código Civil de 2002, a empresa é responsável, durante o prazo de cinco anos, pela solidez e segurança das obras realizadas, incluindo a correção de eventuais patologias identificadas. O contrato nº 545/PMSC/2022 reforça essas obrigações ao prever, em sua Cláusula Quinta, § 1º, a prestação de assistência técnica durante o período de garantia, sem ônus à contratante.

Nesse contexto, a doutrina enfatiza que o prazo razoável para o cumprimento de obrigações contratuais, especialmente aquelas de baixa complexidade, deve ser balizado pelo princípio da eficiência e da continuidade do serviço público, pilares fundamentais da administração pública. Hely Lopes Meirelles leciona que "a razoabilidade é um princípio basilar nos contratos administrativos, devendo ser avaliada à luz da natureza e complexidade da obrigação, bem como dos prejuízos que eventual atraso possa causar ao interesse público" (Direito Administrativo Brasileiro, 47ª ed., Malheiros, 2020, p. 645). No caso concreto, o objeto da garantia envolvia a correção de vícios aparentes na execução de uma obra, cuja solução deveria ser célere e eficaz. Por se tratar de uma demanda de baixa complexidade técnica, o prazo contratualmente estipulado, acrescido de 30 dias de atraso, já excede qualquer margem de tolerância que pudesse ser admitida pela Administração.

Embora a processada tenha apresentado defesa, admitindo a existência de problemas na execução dos serviços devido à má qualidade do trabalho de um funcionário posteriormente desligado, tais alegações não afastam sua responsabilidade. A empresa, como contratada, responde integralmente pela qualidade da execução, não podendo transferir à Administração os prejuízos advindos de sua má gestão de pessoal ou de dificuldades operacionais.

Por conseguinte, diante do atraso na execução das obrigações contratuais, bem como do prejuízo causado à Administração, é cabível a aplicação de sanção administrativa. Nos termos da Cláusula Nona do contrato, c/c o artigo 87 da Lei nº 8.666/93, aplica-se à empresa a multa contratual de 1% sobre o valor do contrato, considerando o montante de R\$ 345.694,99, totalizando R\$ 3.456,95.

Essa penalidade se mostra proporcional e razoável diante da gravidade dos fatos apurados, buscando não apenas sancionar a conduta da contratada, mas também prevenir futuras ocorrências semelhantes, em observância aos princípios da eficiência e da moralidade administrativa.

#### 4. Da Suspensão dos pagamentos.

Por fim, com base na cláusula nona, §6º, do contrato, determino que os pagamentos devidos à empresa fiquem suspensos, considerando que o pactuado entre as partes prevê que: "Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual."

Assim, o pagamento permanecerá condicionado à comprovação, por parte da empresa, do adimplemento da multa pecuniária imposta, sob pena de ter os valores retidos.

Essa retenção encontra respaldo não apenas no contrato firmado entre as partes, mas também na Lei n. 8.666/93, em especial no § 3º do art. 86, que dispõe:

"Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente." A retenção de valores devidos como forma de garantia ao cumprimento de penalidades impostas encontra suporte na doutrina. Sobre o tema, Marçal Justen Filho esclarece que:

"A Administração Pública, em cumprimento aos princípios da mo-

ralidade e do interesse público, deve adotar medidas eficazes para assegurar o adimplemento de obrigações por parte dos contratados. A retenção de créditos devidos ao contratado constitui instrumento legítimo e adequado, especialmente quando prevista no contrato e na legislação, para resguardar o erário contra prejuízos decorrentes de inadimplência ou sanções aplicadas." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 19ª ed., 2021). Dessa forma, a medida adotada demonstra-se não apenas legal, mas necessária e proporcional, assegurando o equilíbrio contratual e a proteção dos recursos públicos.

5. Determinações

Fica a cargo da Seção de PAIC o cumprimento das seguintes providências:

1. Publicar a presente decisão no Diário Oficial do Estado (DOE).
2. Intimar a empresa da decisão, concedendo prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso hierárquico, conforme art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93.
3. Inserir a decisão no Cadastro de Penalidades (CADPEN).
4. Não havendo recurso, emitir guia de depósito identificado para recolhimento da multa no prazo de 10 (dez) dias corridos.
5. Havendo interposição de recurso, certificar sua tempestividade e remeter o processo ao Comandante-Geral para análise, após juízo de admissibilidade.
6. Após o prazo para recolhimento da multa, caso não seja quitada, reter o valor devido nos pagamentos futuros. Se o valor retido for insuficiente, requerer a inscrição da empresa no Cadastro de Dívidas Ativas do Estado de Santa Catarina (CDA).
7. Informar ao Chefe do CMIO sobre a presente decisão, especialmente para assegurar que os valores devidos (pendente de certificação) não sejam lançados, salvo se o multa for recolhida em sua integralidade.

Florianópolis, datado e assinado eletronicamente.

Ronaldo da Silva Cruz  
Coronel PM – Diretor da DALF

Cod. Mat.: 1048591

Polícia Civil

**PORTARIA Nº 3432/GAB/DGPC/PCSC, de 18/12/2024.**  
**A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina**, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (trinta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **014/2024**, no qual é sindicado o servidor de matrícula nº 0650170-2-01, mandada instaurar pela Portaria nº 2595/GAB/DGPC/PCSC, de 30/09/2024, publicada no D.O.E. nº 22.365, de 01/10/2024, **com efeitos a contar do dia 30/11/2024.**

**Ulisses Gabriel**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1048918

**PORTARIA Nº 3455/GAB/DGPC/PCSC, de 20/12/2024.**  
O **DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, com base no inc. VIII do Art. 11 do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, e, conforme o processo PCSC 00122058/2024, resolve **PRORROGAR A DESIGNAÇÃO** do Policial Civil Inativo **MARCOS JERONIMO NUNES DOS REIS**, mat. nº 0273319630, para constituir o Corpo Temporário de Inativos da Segurança PúblicaCTISP, pelo prazo de 02 anos, na DELEGACIA DE POLICIA DA COMARCA DE TUBARAO, com efeitos a contar de 01/02/2025.

**ULISSES GABRIEL**  
**Delegado Geral da Polícia Civil**

Cod. Mat.: 1049229

Corpo de Bombeiros Militar

**PORTARIA Nº 717/2024/CBMSC, de 18/12/2024.**  
O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais e com base nos Art. 5º, 6º e 15 da Lei Complementar nº 380/2007, combinado com o inciso I do Art. 10 do Decreto nº 1.274/2021, resolve, **DISPENSAR A PEDIDO** do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP), o **3º Sgt BM RR Mtlc 914911-2 PEDRO MANOEL DA ROCHA FILHO**, a contar de 02/12/2024, conforme processo nº CBMSC 30184/2024.  
**Coronel BM FABIANO BASTOS DAS NEVES**  
Comandante-Geral do CBMSC

Cod. Mat.: 1048750

**PORTARIA Nº 716/2024/CBMSC, de 17/12/2024.**  
O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais e com base nos Art. 5º, 6º e 15 da Lei Complementar nº 380/2007,

combinado com o inciso I do Art. 10 do Decreto nº 1.274/2021, resolve, **DISPENSAR A PEDIDO** do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP), o **3º Sgt BM RR Mtlc 917784-1 HODZNEY NOGUEIRA**, a contar de 20/12/2024, conforme processo nº CBMSC 30120/2024.  
**Coronel BM FABIANO BASTOS DAS NEVES**  
Comandante-Geral do CBMSC

Cod. Mat.: 1048751

**PORTARIA Nº 720/2024/CBMSC, de 19/12/2024.**  
**O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, RESOLVE, LICENCIAR A PEDIDO**, de acordo com o inciso I do artigo 124, da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983 e processo CBMSC 28776/2024 o **Cabo BM Mtlc 931684-1 RAFAEL RODRIGUES VIEIRA DE AQUINO, a contar de 7 de dezembro de 2024.**  
**Coronel BM FABIANO BASTOS DAS NEVES**  
Comandante-Geral do CBMSC

Cod. Mat.: 1048757

**PORTARIA Nº 710/2024/CBMSC, de 16/12/2024.**  
Estabelece os ritos, prazos e responsáveis pela produção do Relatório de Ações Anual do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.  
**O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 724, de 18 de julho de 2018, e o Decreto nº 1.328, de 14 de junho de 2021, e considerando o Processo CBMSC nº 00029978/2024, **RESOLVE:**  
Art. 1º Estabelecer os ritos, prazos e responsáveis pela produção do Relatório de Ações Anual do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC).

Art. 2º Compete à 3ª Seção do Estado-Maior Geral (BM-3) a coordenação dos trabalhos e a produção do relatório, devendo solicitar e compilar as informações referentes às ações realizadas no ano anterior.

§ 1º A BM-3 deverá solicitar, até o dia 31 de dezembro de cada ano, as informações necessárias à edição do Relatório Anual de Ações do CBMSC aos Comandantes de Região e Batalhão, Diretores, Chefes de Seção do Estado-Maior Geral (EMG) e ao Chefe do Centro de Monitoramento Operacional e Gestão de Crises.

§ 2º Os destinatários da solicitação deverão fornecer as informações à BM-3 até o dia 10 de janeiro de cada ano.

§ 3º A BM-3 deverá compilar as informações recebidas, apresentar a versão preliminar do relatório ao Comandante-Geral para apreciação e aprovação até o dia 20 de janeiro de cada ano e, após aprovação, encaminhá-lo ao Centro de Comunicação Social (CCS) para edição e finalização.

Art. 3º Compete ao CCS:

I - iniciar o processo para contratação de empresa especializada na impressão de documentos;

II - diagramar e editar o Relatório Anual de Ações do CBMSC, submetendo-o à aprovação final do Comandante-Geral até o dia 10 de fevereiro de cada ano; e

III - providenciar a publicação, impressão e distribuição do relatório final.

Parágrafo único. O Chefe do CCS deverá concluir a edição final do relatório e sua distribuição até o final do mês de fevereiro de cada ano, ainda que em formato digital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada à sua publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

**Coronel BM FABIANO BASTOS DAS NEVES**  
Comandante-Geral do CBMSC

Cod. Mat.: 1048748

O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, torna público o que segue:

**EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO nº 2024TR002758.**

**PARTICIPE PÚBLICO:** O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, gestor do Fundo para Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar - FUMCBM.  
**PARTICIPE PRIVADO:** Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia. **OBJETO:** Proporcionar que a corporação de Bombeiros Voluntários de Concórdia, possa cumprir seus objetivos nas áreas de defesa civil, de atendimento pré-hospitalar, de prevenção e combate incêndio, de resgate e de auxílios diversos à população em âmbito municipal, conforme Plano de Trabalho anexado aos autos do processo. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 254.720,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil setecentos e vinte reais), sendo R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por parte do PARTÍCIPE PÚBLICO e R\$ 4.720,00 (quatro mil setecentos e vinte reais) como contrapartida financeira, por parte do PARTÍCIPE PRIVADO. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31 de março de 2025, a partir da sua publicação. **DATA:** Florianópolis, 20/12/2024. **SIGNATÁRIOS:** Fabiano Bastos das Neves, pelo CBMSC e Nadir Marttiello, pela Associação. **SCC 00001166/2024.**

Cod. Mat.: 1049444

Polícia Científica

**PORTARIA Nº 167/GEPES/DIAF/PCI de 18.12.2024**  
A PERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso II, alínea “c” do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, resolve DESIGNAR de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85 e conforme processo nº PCI 13888/2024, JULIA REHN, matrícula 0655359-1-02, para responder pelo cargo de Superintendente Regional de Polícia Científica em Blumenau, nível FG, em substituição ao titular, IURY ALVES E SILVA, matrícula nº 609268-3-01, durante o usufruto de férias, no período de 02/01/2025 a 16/01/2025.  
**ANDRESSA BOER FRONZA**  
Perita-Geral da Polícia Científica de Santa Catarina

Cod. Mat.: 1048586

**PORTARIA Nº 168/GEPES/DIAF/PCI de 18.12.2024**  
A PERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso II, alínea “c” do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, resolve DESIGNAR de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85 e conforme processo nº PCI 13538/2024, FELIPE SALATA BRAGA, matrícula 0716782-2-01, para responder pelo cargo de Superintendente Regional de Polícia Científica em Caçador, nível FG, em substituição ao titular, PÉRSIO SIMÕES SANTIAGO, matrícula nº 0365862-7-01, durante o usufruto de férias, no período de 14/12/2024 a 25/12/2024.  
**ANDRESSA BOER FRONZA**  
Perita-Geral da Polícia Científica de Santa Catarina

Cod. Mat.: 1048590

**PORTARIA Nº 65/2024/PCI, de 19/12/2024**  
**A PERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 106, §2º, da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e com fulcro no art. 25 do Decreto nº 765/2024, **RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Portaria nº 55/2024/PCI, de 26 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º DESIGNAR os servidores FRANCIELI DAL BOSCO FAZZIONI, matrícula nº 992.614-3-01, RENANN GILBERTO DE JESUS NICACIO, matrícula nº 929.569-0-03, MATHEUS MARION ROVANI, matrícula nº 737.521-2-01, JOSÉ MÁRIO DE MATOS, matrícula nº 981.337-3-01, FERNANDO STAHELIN HAMES, matrícula nº 994.218-1-01, e FELIPP BITTENCOURT FRASSETTO, matrícula nº 615.629-0-03, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão para proceder, em caráter exclusivo, o inventário, a avaliação, a reavaliação e a baixa dos bens de consumo e permanente existentes no Setor de Almoxarifado e dos bens permanentes registrados no patrimônio no âmbito da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina, constatar a existência física de todos os bens móveis dessas naturezas, pertencentes ao órgão, inclusive dos que se encontram cedidos, concedidos, em manutenção ou temporariamente em poder de terceiros, cujos documentos comprobatórios se encontrem arquivados no Setor de Patrimônio, e ainda, a existência física de todos os bens móveis permanentes pertencentes a terceiros e que se encontram em poder deste órgão.”  
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRESSA BOER FRONZA**  
Perita-Geral da Polícia Científica

Cod. Mat.: 1048612

**PORTARIA Nº 170/GEPES/DIAF/PCI de 18.12.2024**  
**A PERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA**, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso III do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, conforme processo PCI 9096/2024 resolve, REMOVER, nos termos do artigo 58, inciso I, c/c artigo 59 da Lei nº 15.156 de 11.05.2010, ESTELA MARIS FRANCO, matrícula nº 0981371-3-01, ocupante do cargo de Agente de Perícia Criminal, lotada na Superintendência Regional de Polícia Científica em Florianópolis, para o Núcleo Regional de Polícia Científica em Tubarão, a contar da data de publicação desta portaria.

**ANDRESSA BOER FRONZA**  
Perita-Geral da Polícia Científica de Santa Catarina

Cod. Mat.: 1048646

**PORTARIA Nº 163/GEPES/DIAF/PCI, de 13/12/2024**  
**A PERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA**, no uso das suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso III do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, RESOLVE, de acordo com o artigo 58, inciso I, e artigo 59, da Lei nº 15.156 de 11.05.2010, e conforme processo PCI 6511/2024, CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 044/GEPES/DIAF/IGP, publicada no DOE nº 21.554 de 18.06.2021 e REMOVER A PEDIDO, a servidora TALITA LOPES CAVALCANTE, matrícula nº 0981195-8-01, ocupante do cargo de